

POR UM PROJETO DE ESPECIALIZAÇÃO URBANA PARA SALVADOR-BA NO CONTEXTO DO PÓS-FORDISMO: INTERVENÇÕES ENTRE 1991 E 2004

Fabio A. Moura Costa de Souza¹

RESUMO: *A transição do fordismo, enquanto modo de acumulação do capital característico do início da fase monopolista do capitalismo, para o atual regime de acumulação flexível ou pós-fordista ainda repercute sobre o modo de vida das pessoas e grupos sociais (social e culturalmente), sobre as firmas (economicamente) e sobre os governos (politicamente). Uma das mais marcantes conseqüências deste fenômeno foi a mudança de abordagem no que diz respeito ao planejamento, gestão e organização das cidades, sobretudo aqueles centros urbanos mais desenvolvidos. Estando inserido nesta problemática, o presente artigo objetiva discutir sobre o chamado Padrão de Acumulação Flexível e como esta nova forma de acumulação do capital desencadeou um processo de (re)organização do espaço urbano amplamente conhecido como requalificação urbana. Para tanto, oferece como exemplo o caso de Salvador (1991-2004), capital do estado da Bahia, que a partir do início dos anos 1990 empreendeu, por meio do poder público municipal e estadual, ações de natureza tanto físico-territorial quanto institucional na perspectiva de incrementar e profissionalizar a atividade turística, colocando-a como estratégia de desenvolvimento urbano e econômico.*

Palavras-chave: Acumulação Flexível; Requalificação Urbana; Salvador

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970 o esgotamento do modelo da cidade fordista e do urbanismo modernista que pretendia organizá-la passa a ser um fenômeno latente. E isso ocorreu, em grande parte, devido à transição do fordismo para o atual regime de acumulação do capital. Esta nova fase do capitalismo contemporâneo é chamada por Harvey (2002) de Padrão de Acumulação Flexível, mas é também conhecida como regime de acumulação pós-fordista ou, ainda, de toyotismo. Este regime flexível se caracteriza, sumariamente, a partir da produção mais diversificada e menos massificada; da utilização da eletrônica e microeletrônica em larga escala; da existência de fábricas com dimensões menores e distribuídas geograficamente por várias cidades em diversos países; do menor emprego de mão-de-obra, com o seu controle por meio das novas relações trabalhistas (flexibilização), além da terceirização de alguns setores e atividades produtivas com menores salários (subempregos).

No que diz respeito às cidades, as inovações tecnológicas e organizacionais advindas da acumulação flexível são sentidas com o rompimento do ideário/estética da cidade modernista-fordista para a estética das cidades pós-industriais, também designado como movimento pós-moderno, como defendem alguns estudiosos. Afora este embate conceitual entre cidades pós-modernas ou cidades pós-industriais, ou ainda cidades terciárias, que fogem ao escopo deste trabalho, o que fora colocado anteriormente significa dizer que de um modelo de planejamento e gestão das cidades marcado por uma concepção padronizada e em massa de soluções urbanas: racionalização dos espaços, funcionalismo setorial, zoneamento, verticalização das construções, emprego dos mesmos materiais e construção industrializada de moradias, passa-se a um modelo baseado na estética da diversidade.

¹ Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, fmouracosta@yahoo.com.br.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidades e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 2002, p. 148).

Os atributos desta nova forma de acumulação desencadearam, para além da esfera econômica, uma onda de impactos socioculturais e urbanos. Entre eles estão a diversificação dos gostos individuais; o consumismo como sinônimo de *status* social; a ênfase ao conhecimento e à informação como forma de ascensão social e à empregabilidade; e o desenvolvimento de novas formas de lazer e entretenimento – indústria cultural, turismo e congêneres.

Este processo conhecido como reestruturação produtiva e a sua conseqüência mais ampla, a acentuação do processo de globalização “envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações” (IANNI, 1999, p.11), desencadeou também o desenvolvimento do setor terciário da economia. Este, que inicialmente era considerado como conjunto de atividades de suporte ou apoio à atividade industrial, passa à época da acumulação flexível à condição de atividade econômica propriamente dita. Isto se deve ao fato do surgimento de novas demandas sociais; incrível desenvolvimento tecnológico e crescente importância do domínio da informação e do conhecimento como premissas para realização das atividades econômicas e do próprio estilo de vida decorrente da dita sociedade pós-moderna.

Das atividades ligadas ao setor terciário da economia, o Turismo é um dos setores que requer maior especialização das cidades, regiões, estados e países que o desenvolve com propósitos de desenvolvimento econômico. Segundo Castrogiovanni (2001), esta atividade tende ao crescimento por se constituir numa forma de amenizar o crescente *stress* do cotidiano dos grandes e médios centros urbanos devido ao aumento do tempo livre (ócio) nas sociedades pós-industriais, em função da existência de novos tempos sociais proporcionados pelas mudanças tecnológicas e organizacionais advindas do regime de acumulação flexível.

Neste contexto, as cidades devem ser planejadas e organizadas de acordo às demandas cada vez mais personalizadas e específicas dos seus habitantes, visitantes e das firmas nelas presentes. Agora são empregados novos instrumentos de planejamento e de gestão urbana, vide o planejamento estratégico empresarial e as parcerias público-privadas (PPP); também diversos materiais como ligas de titânio e resinas sintéticas nas construções são utilizados; novas tipologias de edificações são encomendadas e projetadas em computadores, vide o zoomorfismo¹ e os edifícios-monumento; as características das minorias étnicas passam a ser levadas em consideração; e a divulgação da imagem da cidade por meio de técnicas de *marketing* (para ser melhor “vendida”) é elevada à categoria de diretriz.

O urbanismo contemporâneo, que Silva (1998) chama de urbanismo globalizado, no bojo desta nova abordagem dispensada às cidades trata de pensar, planificar, gerir e organizá-la de acordo com algum projeto de especialização urbana. Não mais se empregando o conceito modernista de zonas/setores funcionais, mas toda a cidade assumindo determinada especialização com uma função principal – cidades comerciais, cidade de serviços, cidades turísticas, centros urbanos financeiros e decisórios, distritos industriais, centros urbanos de lazer e entretenimento etc - contando ainda com outras complementares.

E no que diz respeito à especialização de cidades ou regiões em prol do turismo se torna mister o paulatino investimento na dotação ou ampliação da sua infra-estrutura urbana e turística. Não por acaso, os investimentos públicos têm o firme objetivo de atrair para as cidades os

intensos fluxos de pessoas e capitais na forma de gastos pessoais e investimentos de empresas privadas. E a partir disto, manter a realimentação do sistema com a atração e geração de mais negócios e novos empregos, procurando, assim, promover o desenvolvimento das localidades detentoras de algum potencial turístico.

Foi neste contexto geral que o conceito de Requalificação Urbana ganhou força. Magalhães (2002), tendo como base o dicionário organizado por Merlin e Choay (1988) e os trabalhos de Del Rio (1994) e Simões Júnior (1994), identifica, assim, a agenda do urbanismo contemporâneo na promoção de um projeto de requalificação urbana:

- abrange ações de reimplantação de antigas funções, como habitação, comércio, serviços e cultura;
- do mesmo modo defende a reutilização do Patrimônio existente, o incremento do turismo e do lazer e a preocupação com as possibilidades de otimização dos espaços;
- tem embutida a idéia de acréscimo de atividades geradoras de ganhos econômicos e de melhoria;
- está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos espaços, com vistas a um melhor desempenho econômico e melhor qualidade dos espaços públicos e privados.

Em relação ao estado da Bahia e à cidade do Salvador, pode-se dizer que o esgotamento do fordismo e a transição para o padrão de acumulação flexível também os atingiram, visto que haviam experimentado um relativo desenvolvimento econômico lastreado no planejamento para atividade industrial a partir dos anos 1950. Contudo, a estratégia industrial adotada era fortemente concentrada em poucos municípios e voltada para a indústria petroquímica e de bens intermediários (BAHIA, 2003b). Partindo deste cenário, Salvador teria que se adaptar ao novo paradigma “flexível”, sobretudo no que diz respeito à expansão e manutenção da atividade turística. Caso contrário, não conseguiria inserir-se na intensa dinâmica da circulação dos fluxos do capital, de firmas, de mercadorias, de pessoas e de idéias.

Salvador, antes mesmo do início dos anos 1990 já caminhara nessa direção apontada acima, não obstante a falta de um projeto de cidade e a timidez das ações empreendidas. Por meio do discurso de cidade com forte potencial turístico, algumas medidas pontuais foram tomadas: o Centro Histórico de Salvador (CHS), a partir de 1973, foi alvo de intervenções de órgãos públicos municipais, estaduais e federais; ocorreu a valorização de elementos da cultura afro, vide o Projeto Mammba²; e teve início o enfrentamento da questão ambiental com a criação de diversos parques, vide os parques da Cidade, o Metropolitano de Pituaçu e o de São Bartolomeu, todos em 1975 (SALVADOR, 2000). Todavia, destaca-se neste período a declaração da capital baiana como Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1985.

Foi somente a partir de 1991 que Salvador começa a ser direcionada, efetivamente e de forma sistematizada, para um projeto de requalificação urbana nos moldes da concepção pós-moderna de pensar e organizar a cidade, e que já se instalara em muitos outros centros urbanos desenvolvidos. O incremento do setor Turismo passa a ser encarado pela administração pública como balizador para um consistente projeto de cidade voltado, ou seja, especializado no turismo.

A partir de meados desta década [anos 1990], a Cidade do Salvador tem sido objeto de intensivos investimentos públicos, através de intervenções urbanísticas de grande porte, seja em projetos de lazer, equipamentos de apoio para comércio e serviços, seja em saneamento, transporte de massa e programas

de habitação em áreas degradadas, que, em seu conjunto, sinalizam um outro quadro de economia urbana voltada para sua vocação de cidade terciária e turística. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.159)

Na seção seguinte, então, procura-se elencar as principais ações dispensadas à Salvador de 1991 até 2004, tanto pela sua prefeitura municipal (PMS) quanto pelo governo do estado. Estas ações, ora mais articuladas ao projeto de cidade turística, ora mais pontuais, merecem ser destacadas por almejar impactar o espaço urbano de Salvador nas dimensões infra-estrutural, econômica, social e cultural, inclusive com ressonância para sua Região Metropolitana (RMS). Podem ser agrupadas em dois tipos de ações: as intervenções para a requalificação urbana da cidade e as ações institucionais para o fortalecimento, por vezes indireto, do setor Turismo.

A REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SALVADOR

Utilizando-se como base as obras de Gordilho-Souza (2000) e Vasconcelos (2002), pode ser levantada uma listagem de intervenções urbanas em Salvador ao longo do período estudado, cujo viés turístico é o traço comum. Desta forma construiu-se a seguinte listagem básica:

- (i) Inauguração da primeira etapa do projeto de revitalização do Pelourinho em 1993 (89 imóveis). Projeto que atualmente se encontra na sétima etapa e que promoveu grande substituição do uso do solo residencial pelo uso comercial, preponderantemente atividades de comércio, serviços e lazer;
- (ii) Recuperação e revitalização de espaços culturais, tais como o Teatro Castro Alves em 1992; Concha Acústica em 1993 e 1999; Museu de Arte Moderna (MAN) em 1997; e a Biblioteca Central dos Barris em 1998;
- (iii) Implementação a partir de 1995, através da Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA), do Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, conhecido como Programa Bahia Azul. Já finalizado, englobou a ampliação das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, do sistema de coleta e destinação do lixo. Pretendeu-se com esta ação a melhoria da qualidade ambiental das praias e rios de Salvador e entorno;
- (iv) Implantação a partir de 1995/96 de uma linha de intervenção, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), para melhoria de áreas degradadas na capital e em alguns municípios da RMS, conhecido como Programa Viver Melhor. Este consiste numa forma de atuação do poder público que combina melhoria de unidades habitacionais presentes em áreas carentes das cidade com, em casos específicos, remanejamento da população carente de uma área notável para outras áreas (menos valorizadas). Nesta mesma linha de amenização do impacto visual causado pelas moradias de baixo padrão construtivo, tanto na população em geral mas principalmente nos visitantes, se enquadra o Projeto Cores da Cidade I e II. Trata, basicamente, da pintura e recuperação das fachadas de construções populares;
- (v) Um conjunto de obras de reforma e restauração de prédios antigos: Mosteiro de São Bento; Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus; Paço do Saldanha (R. Guedes Brito), entres outros prédios;
- (vi) Obras de reurbanização: área de entorno do Unhão; área do Dique do Tororó;

- (vii) Implantação de novos parques e áreas de lazer e recuperação de outros espaços tais como o Jardim Zoológico; Parque do Abaeté e de Pituaçu; Parque Costa Azul; Parque das Esculturas do Unhão; Parque do Dique; Parque Atlântico (Aeroclube); Praça da Sé; Jardim dos Namorados; Praça Nossa Senhora da Luz (Pituba); Praça do Sol (Periperi); Praça Bahia Sol (Ondina); Praça da Piedade; Praça 2 de Julho (Campo Grande); Praça Vinicius de Moraes (Itapuã) em 2003;
- (viii) Licenciamento pela PMS para instalação e funcionamento do parque de diversão aquático *Wet'n Wild* Bahia na Avenida Paralela em 1996 (atualmente servindo como espaço para *shows* diversos e outros eventos);
- (ix) Melhoramentos e obras de embelezamento gerais, vide a melhoria da orla de São Tomé de Paripe em 1997; a instalação de uma potente iluminação nas orlas da Barra e de Itapuã; a nova fachada com iluminação cênica do Elevador Lacerda; a fonte musical de água com iluminação rítmica na Praça da Sé; e o projeto paisagístico da segunda rótula do Aeroporto, em 2004;
- (x) Construção do Salvador Bahia Marina (Avenida Contorno) no final dos anos 1990, como fator de incremento de atividades náuticas e gastronômicas para na cidade;
- (xi) Licenciamento em 1999 pela PMS para instalação e funcionamento, na área do antigo Aeroclube (atual Parque Atlântico), do empreendimento comercial voltado para lazer, entretenimento e comércio de artigos de grife conhecido como Aeroclube *Plaza Show*;
- (xii) Reforma e ampliação do Aeroporto Internacional, que passou a figurar entre os maiores e mais importantes aeroportos do país;
- (xiii) A requalificação do bairro do Comércio, localizado no centro tradicional da cidade, rotulada pela PMS como Projeto de Revitalização, empreendida desde meados dos anos 1990 por meio de diversas ações de ordem urbanística, econômica e institucional.

Este conjunto de ações são exemplos concretos de como a cidade do Salvador vem transformando (ou requalificando como preferem os adeptos do termo) vários de seus espaços públicos, seja pela atribuição de novos usos, seja pela implementação de novos equipamentos ou pela reforma de equipamentos já existentes. Notadamente trata-se de equipamentos e usos voltados aos setores de Lazer, Cultura e Turismo.

AS AÇÕES INSTITUCIONAIS

Estão inseridas nesta rubrica as ações que demonstram como o poder público – estadual e municipal – procurou estimular e gerir o desenvolvimento das manifestações artísticas e culturais em Salvador na tentativa de gerar mais opções de eventos e negócios envolvendo os setores de Lazer e Entretenimento - shows, feiras temáticas, festivais de música, exposições de arte, teatro, cinema e vídeo etc. - e, nesta perspectiva, atrair mais visitantes à cidade. Além disso, tais ações também se caracterizam pelo esforço do poder público baiano para imprimir uma gestão profissional da atividade turística em si.

A profissionalização do Carnaval

O carnaval de Salvador, tendo se transformado num grande empreendimento comercial, despontou, a partir do início dos anos 1990, como uma excelente oportunidade tanto do ponto de vista do aumento de arrecadação para os cofres públicos, como também para a promoção nacional e internacionalmente da imagem da cidade. Este fenômeno ocorreu em grande medida devido à explosão nacional, àquela época, de cantores, bandas, músicas e ritmos baianos. Em sendo assim, os principais agentes da organização e gestão do carnaval – a prefeitura municipal, o governo do estado e as próprias entidades carnavalescas – começaram, a partir de 1994, a empreender um profissionalismo jamais visto no evento (SOUZA, 2003).

Entretanto, vale destacar que em 1984 o decreto municipal nº 6.985 já havia criado o Grupo Executivo do Carnaval (GEC) (substituído por um órgão pertencente à estrutura administrativa municipal criado em 1986 com a finalidade de promover a atividade turística), que passou a organizar o carnaval de Salvador conjuntamente com outro órgão público, só que pertencente à estrutura administrativa estadual criado em 1968: a Empresa Baiana de Turismo S.A. (Bahiatursa).

O carnaval, então, passou a atuar como vitrine da cultura e do modo de ser dos baianos e como fator de atração de turista, tendo seu formato servindo de referência ou modelo para os diversos carnavais fora de época (micaretas) realizados ao longo do ano em todo o Brasil.

Criação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado (SCT) e suas ações

A criação da SCT em 1995 concentrou em uma única secretaria da administração pública estadual baiana os setores Cultura e Turismo. Este amalgamento representou o novo papel da atividade turística para a economia baiana, sobretudo para sua capital, e uma nova lógica no que se refere à elaboração de políticas públicas. Por esta via o setor Turismo foi desvinculado da Secretaria da Indústria e Comércio, traduzindo a nova visão para a gestão daquela atividade, ou seja, a realização de investimentos públicos no desenvolvimento e promoção da cultura como forma de impulsionar o turismo e as ações de *marketing* para a divulgação da Bahia nos mercados emissores nacional e internacional.

Para tanto, a nova secretaria abarcou na sua estrutura a Bahiatursa. Esta empresa pública passou por diversas reorganizações institucionais até assumir (a partir de 1987) as suas atuais competências, tornando-se o órgão oficial da administração estadual responsável pelo fomento à atividade turística. Ela desempenha, ainda, as funções de agente de promoção e venda do produto turístico, ações de *marketing* e capacitação de recursos humanos para a atividade turística (QUEIROZ, 2002).

Também foram incorporados à estrutura da SCT a Fundação Cultural do Estado (FUNCEB), a Fundação Pedro Calmon, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e o Arquivo Público da Bahia (APEB). Assim, as ações desta secretaria são desenvolvidas tanto no âmbito da Bahiatursa, no que diz respeito ao setor Turismo, como também no âmbito marcadamente da FUNCEB, no que diz respeito ao setor Cultura, como será visto a seguir.

A reorganização da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)

Instituída por lei estadual em 1972, a FUNCEB foi reorganizada três vezes (em 1991, 1994 e em 2002) a fim de se adequar à nova linha da gestão pública com ênfase na cultura e no turismo. Ela é uma autarquia da estrutura da SCT que tem por finalidade planejar, promover, coordenar, executar e acompanhar as ações culturais do poder público estadual no âmbito do

fomento, produção e difusão das manifestações artístico-culturais dos diversos segmentos da sociedade baiana. Entre outras atribuições, compete à ela (FUNCEB,2004):

- executar as diretrizes estabelecidas para a atuação do governo na área cultural;
- estimular e promover as atividades relacionadas com cinema, vídeo, música, dança, teatro e outras manifestações afins;
- fomentar a produção, circulação e difusão dos bens culturais, bem como promover ações regionais;
- promover a recuperação, instalação, manutenção e integração à comunidade dos equipamentos culturais.

Seis, entre os mais importantes projetos desenvolvidos pela FUNCEB até 2004, marcadamente em Salvador, são: a Caminhada Axé; o Chapéu de Palha; a Circulação Cultural; a Quarta que Dança; a Terça da Boa Música; e o Viver com Arte.

O Projeto Pelourinho Dia & Noite

Este projeto, criado em 1995 sob a responsabilidade de outra autarquia estadual, o IPAC, é um dos que mais exemplificam o forte estímulo dado ao direcionamento do uso e ocupação do solo às atividades e empreendimentos de diversão e entretenimento no centro histórico de Salvador, com shows e apresentações artísticas durante toda a semana. O projeto deu a este espaço da cidade o *status* de fator de atração de visitantes, divulgando nacional e internacionalmente o Pelourinho. Para se ter uma idéia da envergadura deste projeto, foram nele investidos no período entre 1996-2000 o valor de R\$ 11,6 milhões pelo governo do estado (SALVADOR, 2000).

O Programa Estadual de Incentivo à Cultura (FAZCULTURA)

Instituído por lei estadual em 1996 e regulamentado por decreto em 2003, ele dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para financiamento de projetos culturais no estado. São seus objetivos (BAHIA, 1996; 2003a):

- Promover o incentivo ao estudo, à pesquisa, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais nas seguintes áreas: artes cênicas, plásticas e gráficas; cinema e vídeo; fotografia; literatura; música; artesanato, folclore e tradições populares; museus; bibliotecas e arquivos;
- Promover a aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural;
- Promover campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais;
- Instituir prêmios em diversas categorias nas áreas indicadas.

O *Convention and Visitors Bureau* (CVB)

A sazonalidade do turismo em Salvador sempre foi um efeito indesejado no setor. Se na alta estação (principalmente os meses de verão) os meios de hospedagem e a cidade em geral contavam com um grande número de turistas, ao longo do ano a taxa de ocupação baixava consideravelmente, prejudicando o desempenho global do setor. Como forma de enfrentamento

deste problema, e inserindo-se na questão da descentralização da gestão do turismo fortemente concentrada pelo governo estadual através da Bahiatursa, foi criado em 1996 o *Convention and Visitors Bureau* (CVB) (QUEIROZ, 2002). Pretendeu-se com esta ação dividir com a iniciativa privada do *trade* turístico a captação de eventos (congressos, seminários, fóruns etc.) ligados à diversas áreas do conhecimento, tanto nos mercados doméstico quanto no estrangeiro, de modo que o efeito da sazonalidade fosse mitigado.

O Instituto da Hospitalidade (IH)

Associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1997 por 32 entidades. Presente em todo o país, contava até 2004 com cerca de 200 entidades e 300 voluntários. O IH possui o objetivo de aprimorar o setor turístico no que tange à educação e à cultura da hospitalidade (INSTITUTO DA HOSPITALIDADE, 2004). Observando-se sua forma de atuação e os programas desenvolvidos, conclui-se que seu principal papel é o de qualificar a prestação do serviço (mão-de-obra) voltado para o turismo em patamares internacionais e fazer um trabalho de conscientização sobre a importância da população local tratar bem o turista. Outros objetivos do IH são:

- contribuir para o aprimoramento e consecução das políticas de desenvolvimento do setor de turismo;
- implementar ações visando ao desenvolvimento profissional no setor de turismo, e à integração ao mercado de trabalho;
- produzir, editar, distribuir e comercializar produtos educacionais afetos ao seu objetivo social;
- atuar na mobilização e conscientização da população quanto à importância do turismo para o desenvolvimento auto-sustentado;
- promover e participar da realização de estudos, pesquisas, fóruns, seminários e convenções;
- atuar em articulação com entidades nacionais, internacionais e de outros países, de direito público ou privado, mediante a celebração de contratos, convênios ou quaisquer outros atos de convergência.

Sua linha de trabalho consiste em fornecer certificação profissional a estabelecimentos por meio da instituição do sistema brasileiro de certificação profissional para o setor de turismo; e promover a construção de arranjos produtivos dentro do setor turístico visando promoção da capacitação e certificação de profissionais, tal o caso da Costa dos Coqueiros (apoio ao desenvolvimento sustentado no Litoral Norte da Bahia) e o caso da Certificação em Turismo Sustentável (instituição do sistema brasileiro de certificação do turismo sustentável para o setor de turismo no Brasil).

O Fórum de Estudos Avançados em Turismo (FEAT)

Fórum virtual criado em 1999 pela SCT, pelo Instituto de Hospitalidade e pela Secretaria de Educação do Estado com a finalidade de congregar, para além da Bahiatursa, organismos educacionais capazes de melhorar a formação da mão-de-obra do turismo baiano em geral e soteropolitano em particular (QUEIROZ, 2002). O FEAT está sob a responsabilidade da SCT e, até 2004, englobava entidades como a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e as universidades

públicas estaduais, o SEBRAE, o SENAI, o SENAC e o Centro Federal de Ensino Técnico da Bahia (CEFET-Ba); além do *trade* turístico local.

O Programa de Certificação da Qualidade do Setor Turismo (QUALITUR)

Também sob a responsabilidade da SCT. Este programa conta com o apoio da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado e do SEBRAE. Trabalhando na gestão da qualidade, o Qualitur visa à certificação, com bases em critérios internacionais, de empresas diretamente relacionadas com a prestação de serviços aos turistas, tais como: agências de viagens; bares e restaurantes; hotéis e outros meios de hospedagem; e meios de transportes. Ele conta com a assessoria técnica de três organismos de certificação: o IH; o Programa de Qualidade Bahia (PQB), que é o órgão estadual para fomento da qualidade e competitividade; e o *Bureau Veritas Quality International* (BVQI), entidade com credibilidade internacional, conhecida pelas auditorias para a certificação das normas da *International Organization for Standardization* (ISO) (BAHIA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou mostrar ao longo deste trabalho, não foram poucas as ações empreendidas, desde o início dos anos 1990, pelo poder público municipal e estadual na tentativa de criar uma especialização urbana para Salvador, objetivando transformá-la numa cidade turística, portanto uma cidade pós-industrial e, por assim dizer, pós-moderna.

Apesar disso, Salvador figura há alguns anos entre as capitais de regiões metropolitanas com maiores índices de desemprego, os indicadores de segurança pública estão cada vez mais alarmantes e permanece a desigualdade espacial no acesso a serviços de conservação e limpeza e serviços de infra-estrutura urbana como esgotamento sanitário, coleta de lixo, iluminação pública e transporte público de qualidade.

Diante da requalificação e especialização urbana pretendidas e dos resultados efetivamente conseguidos, fica o questionamento: será que os investimentos para transformar Salvador numa cidade pós-industrial, na qual a espetacularização/mercantilização das tradições e manifestações populares típicas e o embelezamento da cidade são requeridos, atendeu mais à população enquanto estratégia de desenvolvimento e como forma de fortalecimento da identidade cultural? Ou será que este projeto serviu mais aos turistas, sempre ávidos por novidades e excentricidades, e às empresas que compõem o *trade* turístico, sempre ávidas por novos mercados e por mais lucros?

A questão de fundo é que, enquanto projetos de cidade, na perspectiva da requalificação e especialização urbana, forem pensados e convertidos em políticas públicas levando em consideração apenas partes do território e, por conseguinte, parte das pessoas que dão vida e forma a ele, assim fracionado-o, sempre serão obtidos resultados parciais. E, com efeito, este foi o caso de Salvador, visto que a grande maioria das ações elencadas foi direcionada, em termos espaciais, ao centro histórico e à faixa da orla atlântica da cidade - frações do território soteropolitano que o setor turístico possui especial interesse.

Notas

¹ Projeto e construção nas cidades de edificações que assumem formas orgânicas (animais ou vegetais).

² Projeto de Mapeamento dos Monumentos Negros da Bahia que resultou no tombamento de vários terreiros de candomblé, inclusive o Terreiro da Casa Branca.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Lei nº 7.015, de 09 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais. *Poder Legislativo*. Disponível em: <<http://www.fazcultura.ba.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2004;

BAHIA. Decreto nº 8.668, de 06 de outubro de 2003. Aprova o regulamento do Programa Estadual de Incentivo à Cultura - FAZCULTURA. *Poder Legislativo*. Disponível em: <<http://www.fazcultura.ba.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2004;

BAHIA. Governador. *O futuro a gente faz: plano estratégico da Bahia*. Salvador: SEPLAN, 2003. 144 p.;

BAHIA. *QUALITUR: Programa de certificação da qualidade do setor de turismo do estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/site/qualitur/index.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2004;

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). In: _____. *Turismo urbano*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001;

FUNCEB. Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.funceb.ba.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2004;

GORDILHO-SOUZA, Ângela. Cidade do Salvador: ocupação urbana, habitação e segregação na configuração da metrópole moderna. In: _____. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000. p 81-179;

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002;

IANNI, Otávio. *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999;

INSTITUTO DA HOSPITALIDADE. *Promoção da educação e da cultura da hospitalidade*. Disponível em: <<http://www.hospitalidade.org.br>>. Acesso em: 05 mar. 2004;

MAGALHÃES, Roberto Anderson M. *Preservação e requalificação do centro do Rio nas décadas de 1980 e 1990*. Rio de Janeiro: Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social, 2002. Disponível em: <<http://www.light.com.br/foster/web/instituto>>. Acesso em: 16 mar. 2004;

QUEIROZ, Lucia Aquino de. *Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento*. Salvador: SCT, 2002;

SALVADOR. Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Requalificação, revitalização e sustentabilidade dos centros históricos. In: *Encontro SIRCHAL - Programa para a Revitalização dos Centros Históricos das Cidades da América*

Latina e do Caribe, 4., 2000, Salvador. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL>>. Acesso em: 13 mar. 2004;

SILVA, Raquel Coutinho Marques da. *A importância de ação urbanística e da legislação urbana para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo no contexto das cidades mundiais* (versão resumida). In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Projeto BRA /92/028 – Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Brasília, 199?;

SOUZA, Fabio Moura Costa de. Uma abordagem urbana sobre o carnaval de Salvador. In: *Semana de Mobilização Científica*, 6., 2003, Salvador. Anais ... Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2003;

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.